

REFLEXÕES ACERCA DOS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL, EIXOS ESTRUTURANTES E AVALIAÇÃO A PARTIR DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Cinthia Caciéle Fregne Matusaiki¹; Vânia Karoline Viana dos Santos Silva²

¹ Mestranda em Educação, Unasp - cinthiacacifregne@hotmail.com

² Mestranda em Educação, Unasp – vaniakaroline@gmail.com

RESUMO

O artigo tem por objetivo tecer algumas reflexões acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no contexto da educação infantil de forma a explorar os Campos de Experiências. As propostas apresentadas são reflexões de como desenvolver os objetivos de aprendizagem além de assegurar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, discutindo possibilidades e permitindo uma visão geral do processo de avaliação como um elemento fundamental, tanto para o educando, dentro do seu processo de desenvolvimento, quanto para o professor, como o agente condutor das práticas desempenhadas.

Palavras-chave: Avaliação; Educação Infantil; Metodologias Ativas; BNCC.

INTRODUÇÃO

No ano de 2017, o lançamento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), gerou certa insegurança para educadores de todos os segmentos da Educação Básica, ocasionando debates e reflexões sobre os novos rumos da educação. Há de se recordar que a educação brasileira vem se desenvolvendo ao longo de vários anos, no entanto após a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituído pelo artigo 227 da Constituição Federal, e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), ganhou força e identidade.

Em sintonia com estas normativas, a Lei 9.394/96 (lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), regulamentou e promoveu inovações no que concerne à Educação Básica, em especial à Educação Infantil que se coloca como alicerce educacional, plural e metodológico da educação nacional.

A Educação Infantil, que sempre esteve relacionada a movimentos sociais, sobretudo os feministas ao qual as mulheres buscavam melhores condições de trabalho, assistência educacional aos filhos, entre outros, dando início a um processo de desenvolvimento de políticas educativas que se aplicam como direitos da criança e dever do estado, município e união. Direitos

reconhecidos por nossa constituição e que vem a ser legitimado com a implantação, a partir do ano de 2017 pela BNCC.

Com o processo de reorganização da educação básica nacional, a partir da implantação da BNCC (2017), diversas polêmicas e em especial, no âmbito da Educação Infantil surgiram, evidenciando a falta de conhecimento dos educadores sobre quais as propostas didático-metodológicas e curriculares que podem ser utilizadas, considerando as etapas de desenvolvimento infantil e os campos de experiências. Afinal, o que mudou? De acordo com a BNCC (2017, p. 25):

[...] os eixos estruturantes da Educação Infantil (interações e brincadeiras), devem ser assegurados seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver.

Ou seja, o foco deveria ser o desenvolvimento da criança de maneira integral, observando os seguintes campos de experiências: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. (BNCC, 2017, p. 25).

Portanto, o desenvolvimento infantil passa a ser observado dentro das competências, habilidades e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento adquiridos e elaborados por meio de situações de aprendizagem ao longo da educação infantil.

Mas, como isso irá realmente funcionar? Teixeira (2020, p. 56-57), enumera dois aspectos que é preciso compreender antes de iniciar o trabalho na Educação Infantil:

1. Os campos de Experiência devem ser trabalhados de forma concomitante. Não existe a possibilidade de fragmentar o trabalho, desenvolvendo um campo específico por vez. Dependendo da estratégia ou da atividade planejada, pode ser que dois, três, quatro e até cinco Campos de Experiência estejam presentes. E é essa uma das ideias mais importantes da BNCC.
2. O trabalho educativo deve ser bem planejado, com intenções pedagógicas claras. É por meio desse planejamento que o educador deverá selecionar o material adequado para cada situação de aprendizagem, prevendo o tempo necessário para promoção de cada experiência. Nessa perspectiva, o planejamento precisa ser visto como instrumento de apoio à sua prática, mas isso não significa que tenha que ser rígido, pelo contrário, todo professor deverá estar preparado para os imprevistos, tentando agir conforme os resultados de cada experiência.

Portanto, para que isso aconteça de forma significativa, é necessário que o professor compreenda como se dá o processo de aprendizagem na Educação Infantil para ter condições de avaliar considerando o desenvolvimento integral da criança.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: O processo de aprendizagem na Educação Infantil

Em sua origem, a Educação Infantil tinha um conceito assistencialista, onde a criança recebia cuidados, mas não havia relação entre o processo de ensinar e aprender. Com o decorrer do tempo, esse conceito foi evoluindo e diversas pesquisas passaram a ser realizadas a fim de buscar compreender as situações de aprendizagem e do ensinante. Vejamos o que Label (2006, *apud* Label 2011) trata sobre esses termos:

- Ensinante: nome dado ao profissional que, em situação de rotina escolar, estabelece uma relação de aprendizagem com os envolvidos. É o facilitador ou mediador e, por vezes, o provocador da construção do conhecimento. (Label, 2006)
- Aprendente: nome dado a quem, em uma situação de rotina escolar, busca coletiva e individualmente a construção do conhecimento. (Label, 2006)

Pensando em educação integral, o conceito de aprendente ou aprendizagem, está em constante evolução e interação com o meio. Construir possibilidades para que o processo de desenvolvimento infantil ocorra é fundamental e, a partir do momento em que construímos uma base sólida, com experiências reais e possibilidades de interação, favorecemos o desenvolvimento pleno e integrador do indivíduo.

Neste sentido, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) 9.394/96, em seu artigo 2º determina como princípio e fim da educação o “pleno desenvolvimento do educando, e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Libâneo (2012, p.16) usa a expressão “a escola do acolhimento social” para tecer comentários acerca do processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas brasileiras. Investiga-se a relevância dos papéis dos agentes educacionais como favorecedores de conhecimento científico, tecnológico e social, também levando em conta a questão da educação integral, ampliando o tempo de permanência da criança na escola ou no contexto de desenvolver uma aprendizagem integral.

Em relação ao currículo, configurando as alterações estruturantes expostas pela BNCC (2017), Moreira (2008, p. 6) definiu currículo como “o conjunto de experiências pedagógicas organizadas e oferecidas aos alunos pela escola, experiências essas que se desdobram em torno do conhecimento”.



Nessa conceituação, observa-se a relevância de práticas que propiciam a experiência e experimentação de práticas que determinam e ampliam os conhecimentos e desenvolvimentos da criança.

Discutir sobre as fases do desenvolvimento, aprendizagem, processo de ensino e aprendizagem são necessários, mas os procedimentos avaliativos também ocupam papel fundamental no que se refere as transformações sociais e reorganizações educacionais ocorridas por meio da BNCC (2017).

Considerando que a Educação Infantil tem como eixos estruturantes “interações e brincadeiras” (BNCC, 20147, p. 40), onde são assegurados os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, a organização curricular deste documento se faz através dos campos de experiências que definem os objetivos de aprendizagem. Estes são considerados “arranjos”, estruturas que favorecem a construção de uma estrutura educacional valorizando as experiências e práticas através do brincar.

A seguir, se apresenta um recorte da BNCC (2017, p. 40) e os campos de experiência dentro da Educação Infantil:

O eu, o outro e o nós – É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Corpo, gestos e movimentos – Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem. Traços, sons, cores e formas – Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Escuta, fala, pensamento e imaginação – Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação. Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações – As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais.



Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.).

Considerando que os campos de experiências apontados pela BNCC (2017) visam a organização estrutural da Educação Infantil, considera-se que dentro das etapas deste segmento, explorando as interações e brincadeiras, as crianças devem desenvolver os objetivos de aprendizagens e desenvolvimento por meio de projetos educacionais e comunitários.

De acordo com Dewey (2010, p.34) as experiências seriam “uma forma de interação, pela qual os dois elementos que nela entram – situação e agente – são modificados”. Ou seja, as mudanças ocorridas durante o processo geram experiências significativas que resultam em interações e comportamentos que favorecem a compreensão do mundo e da sociedade que o rodeia.

É preciso levar em consideração o caráter específico que a Educação Infantil está ligada. A transmissão de conceitos e “conteúdos” ocorre, principalmente, quando os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento estão alinhados às práticas metodológicas.

METODOLOGIA: Como avaliar na Educação Infantil: reflexões e possibilidades

Sob o olhar crítico e reflexivo, a BNCC (2017) se apropria do argumento da disseminação da equidade e igualdade das crianças em relação à educação. Esta universalização da educação tem por base os objetivos descritos em cada etapa de desenvolvimento na Educação Infantil (bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas).

Nesse, sentido, Barbosa e Richter (2015, p.192) propõem experiências para educação infantil observando, principalmente o processo de aquisição de competências e habilidades, mas:

[...] aquela que contenha referência para novas experiências, para a busca do sentido e do significado, que considera a dinâmica da sensibilidade do corpo, a observação, a constituição de relações de pertencimento, a imaginação, a ludicidade, a alegria, a beleza, o raciocínio, o cuidado consigo e com o mundo.

As possibilidades de avaliação através de um currículo são diversas, portanto, o “fazer livre” da criança com interações e experiências indica um avanço na aprendizagem. Vejamos a seguir

algumas possibilidades de atividades envolvendo os campos de experiências e os direitos de aprendizagem. De acordo com a BNCC (2017, p.39:

Ainda, é preciso acompanhar tanto as práticas quanto as aprendizagens das crianças, realizando a observação da trajetória de cada criança e de todo o grupo – suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagens. Por meio de diversos registros, feitos em diferentes momentos tanto pelos professores quanto pelas crianças (como relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos), é possível evidenciar a progressão ocorrida durante o período observado, sem intenção de seleção, promoção ou classificação de crianças em “aptas” e “não aptas”, “prontas” ou “não prontas”, “maduras” ou “imaturas”. Trata-se de reunir elementos para reorganizar tempos, espaços e situações que garantam os direitos de aprendizagem de todas as crianças.

Nesse contexto, os procedimentos e finalidades da avaliação formativa atende os objetivos propostos. Hadji (1994), explica que a avaliação formativa é aquela que se situa no centro da ação de formação. É a avaliação que proporciona o levantamento de informações úteis à regulação do processo ensino – aprendizagem, contribuindo para a efetivação da atividade de ensino. Ou seja, o professor deve estar atento e observar todas as informações possíveis para que haja uma avaliação coerente e coesa com o desenvolvimento da criança.

Nesse sentido, Teixeira (2020) aponta que na etapa de ensino Educação Infantil, visa atender esse novo arranjo educacional onde os currículos passam a ser organizados por Campos de Experiência (BNCC, 2017), promovendo questões sobre diversidade, equidade e respeito de forma a facilitar a compreensão da criança, no mundo que está inserida.

Segundo a BNCC (2017), o campo de experiência “O eu, o outro e o nós”, está relacionado com o autoconhecimento e as relações do indivíduo com o mundo que o rodeia. Aqui é possível tratar de questões sobre diversidade, equidade e respeito de forma a facilitar a compreensão da criança, no mundo que está inserida. Mas, como desenvolvê-lo na sala de aula?

Portanto, utilizando processos lúdicos e propostas construídas através de projetos orientados pela BNCC (2017), e dentro de cada faixa etária, identificam-se propostas de objetivos a serem atingidos visando o aprendizado e o desenvolvimento da criança. Como principais objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, em todas as faixas etárias, destacam possibilidades e limites do corpo, através de brincadeiras e interações. Sensações e movimentos, interação e adaptação, solidariedade, respeito à diversidade e resolução de conflitos.

Dentro do aspecto avaliativo, há de se propor o desenho, que conforme cita Rabello (2014, p.11), “[...] a maneira que as crianças têm de se comunicar e de se posicionar no mundo. É ainda



uma linguagem singular, que nos possibilita conhecer o mundo infantil e como esta criança se sente no mundo.

Investiga-se agora as possibilidades do campo de experiência “Corpo, gestos e movimentos” mencionados pela BNCC. Esse campo, tem por finalidade explorar espaços, sensações e brincadeiras, propiciando ao indivíduo descobrir o próprio corpo, o corpo do outro e seus limites. Tal corporeidade pode ser adquirida por meio de diversas ferramentas como a música, teatro, dança, brincadeiras de faz-de-conta, desde que haja uma expressão de emoção, sensibilidade e reconhecimento das funções de seu corpo, suas potencialidades e limites.

Utilizando as linguagens para a reconhecer e aplicar os objetivos de aprendizagem deste segundo campo, o documento (BNCC, 2017) sugere brincadeiras como pesquisas sonoras com sons do corpo e do ambiente, imitação, expressões faciais em frente ao espelho, utilização de música como comando de ações, circuitos, montagens de diferentes objetos, brincadeiras ao ar livre, preferencialmente em que haja contato direto com a natureza e o meio.

Manifestações artísticas e culturais, expressões corporais, coordenação motora e percepção, estão relacionadas com o Campo de experiência. “Traços, sons, cores e formas”. Justificando este Campo de Experiência, a BNCC (2017, p.41) coloca a importância de conviver com diferentes manifestações culturais, artísticas e científicas ao longo da vida escolar do indivíduo. Para tanto, o trabalho com pinturas, modelagem, colagem, fotografia, música, teatro, dança, encenações, além de manipulação de recursos distintos, possibilita à criança despertar e ampliar seu conhecimento estético e crítico sobre o mundo. Assim, é preciso promover espaços culturais, despertando a sensibilidade, criatividade e expressão a fim de se apropriar de determinada cultura e respeitar suas idiossincrasias e experiências vividas.

Despertar a criatividade, se tornou um dos objetivos primordiais no Campo de Experiência “escuta, fala, pensamento e imaginação”. As crianças, desde seu nascimento estão imersas em um mundo com muita comunicação, sons e interações com o meio. Assim, conforme ela vai desenvolvendo, descobre ferramentas para desenvolver a criticidade, enriquecendo vocabulário, utilizando recursos de expressão e comunicação e, aos poucos, interagindo de forma efetiva com o meio ao qual está inserida.

Observando mais atentamente o campo em questão, é possível identificar objetivos como a expressão de ideias, senso crítico e formação de opinião, bem como o respeito à opinião do próximo, por meio de atividades desenvolvidas com colagens, recortes, escrita, música, interpretação, entre outros, incentivar relatos e contações de histórias priorizando a sequência

temporal e causal, além de compreender, criar, contar e recontar histórias e narrativas dentro de um contexto.

E como último Campo de Experiência, também baseado no que dispõem as DCNEI, é o de “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”. Levando em consideração que nossas crianças vivem inseridas em espaços e tempos distintos, a imersão deste Campo de Experiência procura situar o indivíduo em espaços diversos e temporais. Exploram também fenômenos da natureza, suas transformações e relações com quantidades, pesos e medidas.

Desse modo e seguindo as diretrizes que regem a educação nacional, a avaliação na educação Infantil deve estimar o desenvolvimento individual da criança ao longo de todas as suas etapas, assegurando que os direitos de aprendizagem estejam garantidos e sejam adquiridos.

Este desempenho, não infere uma classificação para as crianças pois, o professor deve estar atuante como observador realizando intervenções e proporcionando um cenário rico e ativo de aprendizagem.

CONCLUSÃO

Após as reflexões apresentadas, infere-se que as possibilidades didático-pedagógicas que compõe o trabalho dentro da educação infantil é vasto, com inúmeras áreas de atuação, e desenvolvimento integral e coletivo do indivíduo.

Os campos de aprendizagem, conforme apontado anteriormente, estabelecem os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para a educação infantil, em suas três etapas (Bebês, zero a 1 ano e 6 meses; Crianças bem pequenas, 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses; e Crianças pequenas de 4 anos a 5 anos e 11 meses). Esses objetivos, são as aprendizagens essenciais para o desenvolvimento de competências e habilidades que tornam as interações sociais e com o meio, estruturadas dentro dos eixos propostos pela BNCC (2017, p 25).

Investigando os documentos norteadores, observa-se a necessidade de uma avaliação individual e processual. É necessário que, nesse contexto, os direitos de aprendizagem sejam assegurados, bem como o desenvolvimento de práticas pedagógicas e metodológicas que facilitem o protagonismo e a elaboração de hipóteses, a fim de que a aprendizagem seja concreta, ativa e significativa para a criança.

Considerando que o educador traz à luz, todos os procedimentos necessários para o desenvolvimento integral do indivíduo, cabe a ele também, realizar registros das observações

individuais pois, estes serão instrumentos relevantes para a construção de intervenções e ações que garantem os direitos de aprendizagem.

Outro aspecto relevante é a formação continuada, tanto do docente, quando da equipe gestora que acompanha o desenvolvimento e andamento das práticas docentes, assegurando ações para que os procedimentos de aprendizagem e seus objetivos estejam contemplados.

Planejar e gerir ações é complexo, entretanto, como a própria BNCC (2017), descreve a todo momento em seu contexto, o trabalho realizado por meio de projetos, aplicando conceitos próximos da vivência da criança e deixando com que ela experimente o mundo e sua evolução, é o ponto chave para o desenvolvimento das habilidades necessárias para o processo de alfabetização.

Referências

Andrade, Márcia Siqueira de. (2006). Ensinante e aprendente: a construção da autoria de pensamento. *Construção psicopedagógica*, 14(11) Recuperado em 10 de setembro de 2021, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542006000100005&lng=pt&tlng=pt.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; RICHTER, Sandra Regina Simonis. Campos de Experiência: Uma possibilidade para interrogar o currículo. In: Finco, Daniela; Barbosa, Maria carne Silveira; Faria, Ana Lucia Foulart (org.). Campos de experiências na escola da infância; contribuições italianas para inventar um currículo de educação infantil brasileiro. Campinas: Leitura Crítica, 2015. p. 185-198.

BRASIL. CNE. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Diário Oficial da União.

_____. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Parecer nº 11, de 7 de julho de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de dezembro de 2010, seção 1, p. 28.

_____. Constituição (1988). Constituição da República federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. A base Nacional Comum Curricular. 2018. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-cmoum-curricular-bncc>
Acesso em novembro de 2020.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de dez. 1996.

_____. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 23, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 fev. 2006.

LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, jan.-mar. 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010.

CAMPOS, Rosânia; BARBOSA, Maria Carmem Silveira. BNCC e educação infantil Quais as possibilidades? Revista retratos da Escola, Brasília, v.9, n. 17, p. 353-366, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

DEWEY, John. A Educação como reconstrução da experiência. In: Westbrook, Robert et ali (org.). John Dewey (Coleção Educadores). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010, pp. 33-39.

HADJI, C. A avaliação – regras do jogo: das intenções aos instrumentos. Portugal: Porto Editora, 1994

IABEL, Leila A. Castillo. Ensinando e Aprendendo: “gerundiando” na busca coletiva da construção do conhecimento. Espaço Inovação – Revista Pedagógica – Ano 3 – nº 5, dezembro, 2006/ disponível em: <http://www.assers.org.br>

_____. Leila de Almeida Castillo (2011). Relações de Ensino e Aprendizagem através do uso das TIC's. Texto Livre linguagem e tecnologia <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/textolivre>, 2011, v.4, n.1.

RABELLO, Nancy. O desenho infantil: entenda como a criança se comunica por meio de traços e cores. / Nancy Rabello – 2 ed. RJ: Wak Editora, 2014.

TEIXEIRA, Claudia Seixas. Coleção – A BNCC e você; um olhar pedagógico, v. 1. Belo Horizonte; Vereda, 2020.